

**ÍNDICE**

PARTE I .....	2
CLÁUSULAS GERAIS.....	2
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO .....	2
CLÁUSULA 2ª CONTRATO .....	2
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO .....	3
CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE.....	3
CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL .....	5
CLÁUSULA 6ª GARANTIA DE BOM FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO.....	5
CLÁUSULA 7ª GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO .....	6
CLÁUSULA 8ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS.....	6
CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	6
CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO .....	7
CLÁUSULA 11ª PREÇO CONTRATUAL .....	7
CLÁUSULA 12ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS .....	7
CLÁUSULA 13ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	8
CLÁUSULA 14ª RESPONSABILIDADES.....	8
CLÁUSULA 15ª FORÇA MAIOR .....	9
CLÁUSULA 16ª PENALIDADES CONTRATUAIS.....	10
CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO.....	10
CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	11
CLÁUSULA 19ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	11
CLÁUSULA 20ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	11
CLÁUSULA 21ª FORO COMPETENTE .....	11
CLÁUSULA 22ª GESTOR DO CONTRATO.....	11
CLÁUSULA 23ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	12
PARTE II .....	13
CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	13
CLÁUSULA 24ª ÂMBITO .....	13
CLÁUSULA 25ª REQUISITOS TÉCNICOS .....	19

## **PARTE I**

### **CLÁUSULAS GERAIS**

#### **CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas e as especificações técnicas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de próteses dentárias para a Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto (FMDUP), dividido nos seguintes lotes:

- Lote 1 – Próteses Fixas
- Lote 2 – Próteses Removíveis

#### **CLÁUSULA 2ª CONTRATO**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O presente caderno de encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:  
[https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=1015464&pct\\_parametros=pv\\_unidade=764&pct\\_grupo=35873#35873](https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873)
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO**

1. O contrato produz efeitos na data da sua assinatura, e mantém-se em vigor durante 24 (vinte e quatro) meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei e sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do contraente publico, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
4. A prorrogação prevista no número anterior não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.
5. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 11ª, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

**CLÁUSULA 4ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a. Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
  - b. Obrigação de garantia dos bens;
  - c. Obrigação de continuidade de fabrico;
  - d. Cumprimento do prazo de entrega;
  - e. Efetuar as entregas mediante requisição da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto (FMDUP).
  - f. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
  - g. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto. Disponível no link:

[https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=1015464&pct\\_parametros=pv\\_unidade=764&pct\\_grupo=35873#35873](https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873)

- h. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na cláusula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e do n.º de compromisso;
- i. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada.

2. Constituem, ainda, obrigações do cocontratante:

- a. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
- c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
- d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- h. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nas instalações do contraente público, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

3. A título acessório, todas as comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

#### **CLÁUSULA 5ª DESEMPENHO AMBIENTAL**

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

#### **CLÁUSULA 6ª GARANTIA DE BOM FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO**

1. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor ou prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.
2. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas ou daquela que lhes suceder, o cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de três anos a contar da data de entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
3. A garantia prevista no número anterior abrange:
  - a. A intervenção do cocontratante nas instalações do contraente público;
  - b. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta, a realizar nas instalações do contraente público;
  - c. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - d. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
  - e. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
  - f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
  - g. A mão-de-obra.
4. A reparação ou substituição prevista na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

5. No presente procedimento o tempo de resposta a uma solicitação de carácter curativo, em horas, nunca deverá ser superior a 24 horas (não incluindo fins de semana), após comunicação da anomalia através dos meios de comunicação indicados para o efeito, pelo adjudicatário.
6. A garantia mínima é válida pelo prazo fixado e em todo o território nacional.

#### **CLÁUSULA 7ª GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO**

O cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

#### **CLÁUSULA 8ª LOCAL E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DOS BENS**

1. Os bens objeto do presente contrato serão fornecidos/entregues nas instalações da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, sita na Rua Dr. Manuel Pereira da Silva – 4200-393 Porto.
2. Os fornecimentos serão executados mediante requisição da Faculdade de Medicina Dentária, a qual será emitida sob a forma de e-mail, mediante as suas necessidades, podendo a quantidade efetiva ser inferior à quantidade estimada nas peças do procedimento.
3. O e-mail da requisição fará sempre referência à nota de encomenda, previamente emitida no sistema contabilístico do contraente público, à qual corresponde um número de compromisso válido e sequencial.
4. O e-mail da requisição indicará as quantidades efetivas a serem fornecidas, por cada bem e a data para a entrega das mesmas. Por norma, o prazo máximo de entrega será de 14 dias úteis para ambos os Lotes.

#### **CLÁUSULA 9ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

**CLÁUSULA 10ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**CLÁUSULA 11ª PREÇO CONTRATUAL**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante os preços unitários constantes da proposta adjudicada em função das quantidades efetivamente requisitadas pelo contraente público, nos termos da cláusula 21ª, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **69.708,90 € (sessenta e nove mil, setecentos e oito euros e noventa centimos)**, (valores sem revisão de preços e sem IVA), o que corresponde ao seguinte valor máximo unitário de cada lote:
  - **Lote 1 – 34.555,00 € (trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros)**
  - **Lote 2 – 35.153,90 € (trinta e cinco mil, cento e cinquenta e três euros e noventa centimos)**
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

**CLÁUSULA 12ª REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

#### **CLÁUSULA 13ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas, após o vencimento da obrigação respetiva, em função das requisições efetuadas, com referência aos preços unitários.
2. A obrigação respetiva é exigível com a entrega dos bens.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
  - a. N.º da encomenda e n.º Compromisso ou Contrato;
  - b. A descrição dos bens fornecidos, incluindo a quantidade;
  - c. Unidade orgânica requisitante: Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto;
  - d. Descrição do Projeto: Se aplicável;
  - e. Endereço da unidade orgânica: Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-393 Porto.
4. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, 2 e 3, as faturas são pagas através de transferência bancária.
6. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:  
[https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos\\_geral.ver?pct\\_pag\\_id=1015464&pct\\_parametros=pv\\_unidade=786&pct\\_grupo=35870#35870](https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870)
7. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

#### **CLÁUSULA 14ª RESPONSABILIDADES**

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.



3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

#### **CLÁUSULA 15ª FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**CLÁUSULA 16ª PENALIDADES CONTRATUAIS**

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o primeiro outorgante pode exigir do segundo outorgante o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:
  - a. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos definidos no presente caderno de encargos até ao montante de 10% do valor contratual de cada lote;
  - b. pelo incumprimento da obrigação de respeitar no âmbito da execução contratual, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 2% do preço contratual de cada lote, por cada incumprimento;
  - c. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas, até 5% do preço contratual de cada lote.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual de cada lote, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

**CLÁUSULA 17ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto;

**CLÁUSULA 18ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE**

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

**CLÁUSULA 19ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**CLÁUSULA 20ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**CLÁUSULA 21ª FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

**CLÁUSULA 22ª GESTOR DO CONTRATO**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público: Paulo Jorge Miranda Sousa Dias do Serviço de Direção Clínica FMDUP, bem como o seu substituto no caso de ausências e impedimentos:

Contactos do gestor do contrato: Email: [pdias@fmd.up.pt](mailto:pdias@fmd.up.pt)

Substituto: Dr.ª Carla Sofia Moreira Pinto | Direção Intermediária de Secretariado e Apoio à Gestão | Email: [cpinto@fmd.up.pt](mailto:cpinto@fmd.up.pt)

2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.
3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

**CADERNO DE ENCARGOS**

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMDUP\_CPR/23A001 – AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

**CLÁUSULA 23ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

## PARTE II

### CLÁUSULAS TÉCNICAS

#### CLÁUSULA 24ª ÂMBITO

Pretende-se a aquisição de próteses dentárias fixas e removíveis para os Cursos de Mestrado Integrado em Medicina Dentária, Mestrado em Reabilitação Oral e Especialização em Reabilitação Oral da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto. O fornecimento das próteses está repartido em 2 lotes, de acordo com os seguintes detalhes:

#### A. Lote 1 - Próteses Fixas

N.º	Tipo de trabalho	Quantidade
1.º	Coroa/ elemento de ponte cerâmica (Empress2 ou similar)	10
2.º	Coroa/ elemento de ponte cerâmica zircónia (sobre dentes")	20
3.º	Coroa/ elemento de ponte cerâmica zircónia (sobre implantes")	20
4.º	Coroa/ elemento de ponte metalo-cerâmica (incluindo ombro crâmico, se necessário) (sobre implantes")	10
5.º	Coroa/ elemento de ponte metalo-cerâmica (incluindo ombro crâmico, se necessário) (sobre dentes")	10
6.º	Colocação de cerâmica sobre infra-estrutura (incluindo ombro cerâmico, se necessário)	10
7.º	Richmond metalo-cerâmico (incluindo ombro cerâmico, se necessário)	20
8.º	Faceta cerâmica	25
9.º	Ponte adesiva metalo-cerâmica (1 pântico e aletas)	5
10.º	Coroa metálica	25
11.º	Coroa/ ponte acrílica (por elemento)	40
12.º	Reforço em ponte acrílica	25
13.º	Incrustação cerâmica	10

## CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMDUP\_CPR/23A001 – AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

14.º	Incrustação de compósito	10
15.º	Espigão falso coto fundido (método indireto) (sobre dentes")	50
16.º	Espigão falso coto fundido (método indireto) (sobre implantes")	50
17.º	Espigão falso coto fundido (padrão de acrílico)	20
18.º	Espigão falso coto fundido (ceramizado)	10
19.º	Ombro cerâmica	30
20.º	Moldeira individual	30
21.º	Enceramento diagnóstico (por dente)	20
22.º	Enceramento diagnóstico (por sextante)	26
23.º	Vazagem a gesso tipo IV e troquel	50
24.º	Montagem em articulador ajustável	50
25.º	Gengiva em silicone	20
26.º	Coroa provisória fresada	25
27.º	cerâmica côr de gengiva	25
28.º	por cada dente a mais	20
29.º	modelo 3D	20
30.º	provisório sobre implante sem interface	10
31.º	provisório sobre implante com interface	10
32.º	Barra fundida sobredentadura 2 implantes	2
33.º	Barra fundida sobredentadura 4 implantes	2
34.º	Barra fresada p/ sobredentadura 2 implantes + parafusos	3
35.º	Barra fresada p/ sobredentadura 4 implantes + parafusos	3
36.º	Barra fresada p/ sobredentadura 6 implantes + parafusos	3

37.º	Locator/Equator Roscado	3
38.º	Estrutura Híbrida (Fundida) + dentes	3
39.º	Estrutura Fresada 4 implantes + parafusos	3

**B. Lote 2 - Próteses Removíveis**

N.º	Prótese em Acrílico	Quantidade
1.º	Prótese em Acrílico 1 dente	10
2.º	Prótese em Acrílico 2 dentes	10
3.º	Prótese em Acrílico 3 dentes	10
4.º	Prótese em Acrílico 4 dentes	10
5.º	Prótese em Acrílico 5 dentes	10
6.º	Prótese em Acrílico 6 dentes	10
7.º	Prótese em Acrílico 7 dentes	10
8.º	Prótese em Acrílico 8 dentes	10
9.º	Prótese em Acrílico 9 dentes	10
10.º	Prótese em Acrílico 10 dentes	10
11.º	Prótese em Acrílico 11 dentes	10
12.º	Prótese em Acrílico 12 dentes	10
13.º	Prótese em Acrílico 13 dentes	10
14.º	Prótese em Acrílico 14 dentes	10
15.º	Prótese em Acrílico 28 dentes	5
16.º	Prótese 28 dentes em acrílico inquebrável	1
17.º	Dentadura com montagem em articulador semi-ajustável	1

## CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMDUP\_CPR/23A001 – AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

18.º	Prótese 28 dentes em com base em acrílico	1
<b>N.º</b>	<b>Diversos em Acrílico</b>	<b>Quantidade</b>
19.º	Cera de Articulação de base estabilizada + godiva	70
20.º	Moldeiras individuais acrílicas	100
21.º	Ganchos de aço inox simples	30
22.º	Ganchos de inox pré-fabricados	10
23.º	Gancho de bola	10
24.º	Rebases totais superior ou inferior	10
25.º	Bases em resina mole	10
26.º	Rede em aço inox	5
27.º	Barras em aço inox	5
28.º	Moldeiras para branqueamento	10
29.º	Rebasamentos parciais	10
30.º	conserto de pequena fratura	25
31.º	conserto de extensa fratura	20
32.º	Colocação de 1 dente em placa s/molde	20
33.º	Colocação de 1 dente em placa c/molde	20
34.º	Por cada dente a mais	20
35.º	Colocação de gancho em placa	25
36.º	Por cada gancho a mais	25
<b>N.º</b>	<b>Prótese Esquelética Esqueleto sem Dentes</b>	<b>Quantidade</b>
37.º	1 Dente	1
38.º	2 Dentes	1



**CADERNO DE ENCARGOS**

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMDUP\_CPR/23A001 – AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

39.º	3 Dentes	1
40.º	4 Dentes	1
41.º	5 Dentes	1
42.º	6 Dentes	1
43.º	7 Dentes	1
44.º	8 Dentes	1
45.º	9 Dentes	1
46.º	10 Dentes	1
47.º	11 Dentes	1
48.º	12 Dentes	1
49.º	13 Dentes	1
50.º	14 Dentes	1
51.º	28 Dentes	1
<b>N.º</b>	<b>Prótese Esquelética Esqueleto com Dentes</b>	<b>Quantidade</b>
52.º	1 Dente	5
53.º	2 Dentes	5
54.º	3 Dentes	5
55.º	4 Dentes	5
56.º	5 Dentes	5
57.º	6 Dentes	5
58.º	7 Dentes	5
59.º	8 Dentes	5
60.º	9 Dentes	5

61.º	10 Dentes	3
62.º	11 Dentes	2
63.º	12 Dentes	2
64.º	13 Dentes	2
65.º	14 Dentes	1
66.º	28 Dentes	1
<b>N.º</b>	<b>Diversos em Cromo - Cobalto</b>	<b>Quantidade</b>
67.º	Soldadura a lazer	2
68.º	Rede	2
69.º	Barras linguais ou Platinadas	2
70.º	Dente fundido na esquelética	1
71.º	Aumentar sela esquelética incluindo soldadura	1
72.º	Por cada dente a mais	5
73.º	Faces oclusivas	1
74.º	Gancho fundido	1
75.º	Reforço fundido	1
<b>N.º</b>	<b>Outros</b>	<b>Quantidade</b>
76.º	Goteira	30
77.º	Protocolo:Mold.+Placa Registo+prova passividade	10
78.º	Prótese Acrilica de 14 dentes	1
79.º	reforço fundido	5
80.º	Dentes PE	5
81.º	Barra fundida sobredentadura 2 implantes	1

## CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA Nº SCGC\_FMDUP\_CPR/23A001 – AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS

SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

82.º	Barra fundida sobredentadura 4 implantes	1
83.º	Por cada implante a mais	2
84.º	Barra fresada p/ sobredentadura 2 implantes + parafusos	1
85.º	Barra fresada p/ sobredentadura 4 implantes + parafusos	1
86.º	Barra fresada p/ sobredentadura 6 implantes + parafusos	1
87.º	Locator/Equator Roscado	1
88.º	Estrutura Híbrida (Fundida) + dentes	1
89.º	Estrutura Fresada 4 implantes + parafusos	1

As quantidades indicadas nos quadros acima representam uma mera previsão de consumo, podendo o contraente público solicitar fornecimentos de quantidade inferior ou superior à indicada, desde que respeitando os limites e imposições legais do procedimento.

**CLÁUSULA 25ª REQUISITOS TÉCNICOS**

De seguida apresenta-se o detalhe técnico do fornecimento dos bens a adquirir relativamente a cada um dos lotes:

**A. Lote 1 – Próteses Fixas**

- Execução laboratorial de todos os trabalhos de Prótese Fixa
- Confeção de coroas e pontes fixas sobre dentes
- Confeção de coroas e pontes fixas sobre implantes
- Confeção de infra-estruturas em CAD-CAM (titânio, zircónia)
- Colocação de cerâmica sobre infra-estruturas realizadas em CAD-CAM (titânio, zircónia alumina)
- Presença de um Técnico de Prótese no laboratório de apoio às Clínicas da FMDUP nos períodos de funcionamento das aulas práticas das Unidades curriculares de Prótese Fixa, Curso de Mestrado em Reabilitação Oral e Curso em Especialização em Reabilitação Oral, afim de prestar a assistência necessária, com horários compreendidos entre as 9h e as 18h, a definir pelo contraente público, mediante os horários definidos para o 1º e para o 2º semestres do ano letivo.

**B. Lote 2 – Próteses Removíveis**

- Execução laboratorial de todos os trabalhos de Prótese Removível em acrílico e cromo cobalto.
- Confeção de trabalhos para a unidade curricular de odontopediatria
- Confeção de goteiras
- Presença de um Técnico de Prótese no laboratório de apoio às Clínicas da FMDUP nos períodos de funcionamento das aulas práticas das Unidades curriculares de Prótese Removível, Prótese Dentária e oclusão, Curso de Mestrado em Reabilitação Oral e Curso em Especialização em Reabilitação Oral, afim de prestar a assistência necessária, com horários compreendidos entre as 9h e as 18h, a definir pelo contraente público, mediante os horários definidos para o 1º e para o 2º semestre do ano letivo.